UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica

PEDRO CIPRIANO

Terras habitadas por Kaingang, Terras habitadas por colonos: a história da divisão da Terra Indígena Inhacorá.

Terra Indígena Inhacorá

Fevereiro de 2014

PEDRO CIPRIANO

Terras habitadas por Kaingang, Terras habitadas por colonos: a história da

divisão da Terra Indígena Inhacorá.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentada à

Universidade Federal de Santa Catarina, como parte das

exigências para obtenção de Licenciada no Curso

Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata.

Orientador: Prof. Msc. João Rivelino Rezende Barreto.

Terra Indígena Inhacorá

Fevereiro de 2014



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS COLEGIADO DO CURSO DE LICENCIATURA INTERCULTURAL INDÍGENA DO SUL DA MATA ATLÂNTICA

ATA DE DEFESA DE TCC

Nº 24/HST/2015.

Aos 05 días do mês de fevereiro do ano de dois mil e quinze, às 14 horas e 30 minutos, no Instituto Estadual Angelo Manhká Miguel, reuniu-se a Banca Examinadora composta pelo professor, Orientador, João Rivelino Rezende Barreto, Titular da Banca, Sandro Luckmann, e. Lucas de Melo Reis Bueno, Suplente, designados pela Portaria nº.24/HST/2015, do Senhor Chefe do Departamento de História, a fim de arguirem o Trabalho de Conclusão de Curso do académico Pedro Cipriano, subordinado ao título: "Terras habitadas por kaingang, Terras habitadas por colonos: a história da divisão da Terra Indígena Inhacorá". Aberta a Sessão pelo Senhor Presidente, o acadêmico expôs o seu trabalho. Terminada a exposição dentro do tempo regulamentar, o mesmo foi arguido pelos membros da Banca Examinadora e. em seguida, prestou os esclarecimentos necessários. Após, foram atribuidas notas, tendo o candidato recebido do Professor Orientador, João Rivelino Rezende Barreto, a nota final G.O. do professor Sandro Luckmann, a nota final 9.0, e do professor Lucas de Melo Reis Bueno, a nota final 9.0 endo aprovado com a nota final £i.Oo acadêmico deverá entregar o Trabalho de Conclusão de Curso em sua forma definitiva, em versão digital ao Departamento de História até o dia 01 de março de 2015. Nada mais havendo a tratar, a presente ata será assinada pelos membros da Banca Examinadora e pelo Candidato.

Terra Indigena Inhacorá/São Valério do Sul-RS, 05 de Fevereiro de 2015.

Banca Examinadora:

not Landus

Candidate Ladre Committee

Candidato Ledno Cycareo



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA Curso Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica Campus Universitário Trindade CEP 88.040-900 Florianópolis Santa Catarina FONE (048) 3721-9249 - FAX: (048) 3721-9359

Atesto que o acadêmico(a) Pedro Cipriano, matricula n.º11100097, entregou a versão final de seu TCC cujo título é Terras habitadas por Kaingang, Terras habitadas por colonos: a história da divisão da Terra Indígena Inhacorá, com as devidas correções sugeridas pela banca de defesa.

Florianópolis, 19 de março de 2015.

Orientador(a)

A minha família

Agradecimentos

Primeiramente agradeço a Deus pela vida e pela família que tenho minha esposa Isa Ribeiro Pires, minhas filhas Tassia, Elizangela, Carla e minha neta Eleonara que sempre estiveram ao meu lado desde que comecei a estudar no Curso Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica e que por isso precisava me deslocar sempre com longas viagens a Florianópolis.

Ao meu pai Antônio Cipriano e Maria Chagas. Aos meus irmãos Mauro, Eliberto, Ivani, Carmem, Silvana e Mário pela força, amizade e conselhos para que eu pudesse continuar no curso em meio a tantos desafios.

Aos meus colegas do curso, alunos Kaingang, Xokleng e Guarani com quem pude construir laços de amizades, e com quem aprendi muitas coisas trocando de informações. A todos eles meus sinceros agradecimentos e que certamente nossa amizade continuará existindo ao longo da vida.

Aos meus professores do curso que tiveram a oportunidade de trabalhar conosco transmitido o conhecimento acadêmico, ao mesmo tempo em que esperavam que nós também os ensinassem os conhecimentos das nossas culturas

A equipe de coordenação do Curso Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata

Atlântica, professor Lucas, professa Dorothea, Ariana, Juliana e Murilo que sempre estiveram desempenhados para acolher-nos na Universidade, além de organizarem hospedagem, alimentação, transporte, para assim pudéssemos ter bom desempenho no curso.

Aos responsáveis pela FUNAI, que também nos deram apoio financeiro dentro de suas atribuições institucionais.

Ao professor João Rivelino Rezende Barreto, que me acompanhou na orientação e dentro de seu conhecimento pôde me ajudar da melhor forma possível.

Por fim, a todos os Kaingang da Terra Indígena Inhacorá pelo apoio e confiança.

São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

Art. 231 da Constituição Federal de 1988

RESUMO

A partir do presente trabalho, apresento uma visão parcial sobre a história da Terra Indígena

Inhacorá, norte do Estado do Rio Grande do Sul, com seus aspectos culturais, sociais, e

perspectivas. Apresento dentro daquilo que consegui produzir sobre o tema. Portanto, sem a

intenção de desenvolver uma grande reflexão acerca do assunto em tela. Enfim, a partir de

uma breve autobiografia continua pensando sobre a configuração e reconfiguração da Terra

Indígena Inhacorá.

Palavras-Chave: Inhacorá; territorialidade; Terra Indígena.

Imagens e figuras

Imagem 1 - Aldeia Inhacorá

Figura 2 - Terra Indígena Inhacorá

Palavras em Língua Kaingang

Kajru: metade exogâmica Kaingang

kamē: metade exogâmica kaingang

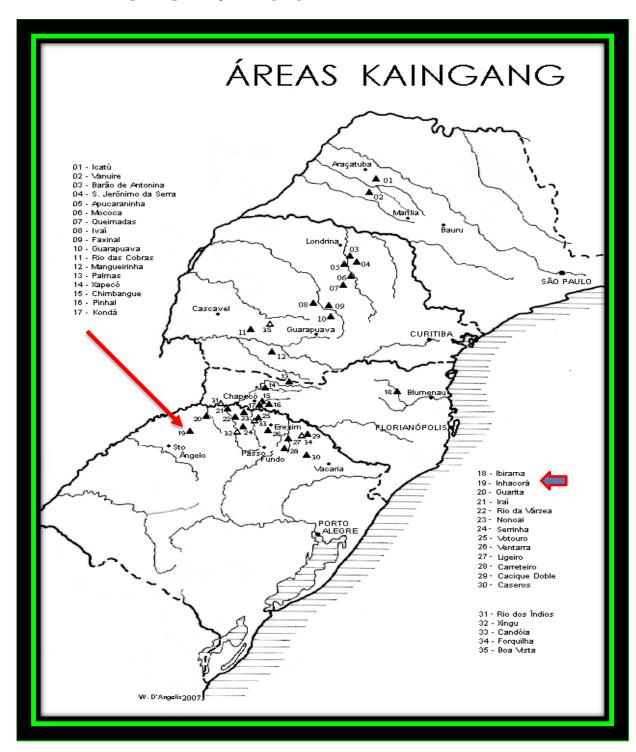
Kujá: sábio, especialista, curador.

Jagré: espíritos que intermediam na cura do Cuja.

Sumário

Introdução	13
CAPÍTULO I: A configuração da territorialidade Kaingang em Inhacorá	15
1.1 Dados pessoais de uma breve autobiografia	16
1.2 A região de Inhacorá	19
1.3 Área cultural, os rituais e o povo kaingang	22
1.4 Os índios kaingang e a convivência com outras culturas	25
CAPÍTULO II – A reconfiguração da Terra Indígena Inhacorá	28
2.1 A dinâmica da divisão da Terra Indígena Inhacorá na visão dos kaingang	29
2.2 As famílias kaingang e os limites da Terra Indígena	31
2.3 A Terra Indígena Inhacorá na visão dos colonos	33
2.4 Configuração e reconfiguração da Terra Indígena Inhacorá	35
Considerações Finais	39
Referências Bibliográficas	41

Mapa da presença Kaingang no Sudeste e Sul do Brasil



Fonte:www.portalkaingang.org/index_inhacora.htm (acessado em 02/02/15)

Introdução

Quando comecei o curso na Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica não sabia que iria chegar a esse nível, aliás, muitas incertezas pairam na minha consciência. Desta forma, conforme a atividade do curso foi amadurecendo sobre o assunto que deveria desenvolver no meu Trabalho de Conclusão d Curso.

Foi com essa expectativa que comecei a desenvolver meu projeto de pesquisa, tendo como proposta de pesquisa voltada para a realidade em que vivo, e com isso fazer um estudo parcial sobre a história de divisão da Terra Indígena Inhacorá. Embora que a proposta tenha começado com todo vapor, reconheço que não foi fácil fazer compilação ou continuar escrevendo no papel aqui que tinha em mente. Mas com o passar do tempo consegui desenvolver o suficiente para o meu trabalho. Assim, não tenho a pretensão de esgotar sobre o assunto, muito menos de desenvolver uma grande reflexão acerca disso tudo, mas que o fato de ter apresentado algumas ideias já me motivam para continuar trabalhando dentro do assunto junto a minha comunidade.

Desta forma, é que no Capítulo I, a partir de uma autobiografia começo a apresentar a cultura local, trazendo em memória ainda as histórias dos nossos antepassados. Procuro com isso mostrar o quanto é importante conhecermos melhor a nossa própria cultura, as histórias dos nossos antepassados, seus conhecimentos, sabedores, artes, rituais, enfim, tudo o que indica os valores culturais do povo kaingang do ponto de vista de Inhacorá.

No Capítulo II, procuro apresentar da melhor forma possível, e conforme a minha capacidade sobre a história da constituição ou reconfiguração da Terra Indígena Inhacorá. Como falei, pode ser que as informações que apresento aqui não esteja de acordo com outras informações apresentadas por pesquisadores, mas penso que é necessário também continuar valorizando o sentido da oralidade indígena. Além disso, creio que tenha conseguido

desenvolver a segunda parte da melhor forma possível e dentro dos meus limites. Isso não é uma justificativa, mas que todos nós temos que nos colocar diante disso, pois, tudo o que pensamos acaba não sendo universal.

Enfim, espero que outras pesquisas possam continuar sendo desenvolvidos por nós mesmos, kaingang, e assim termos a possiblidade de diálogo com o universo acadêmico da forma como pensamos sobre as nossas culturas, com pensamentos, ideias, noções e saberes diferenciados. E, a partir de tudo isso, é possível nos dias de hoje construir um caminho de formação acadêmica, e especificamente um caminho de formação do ser kaingang.

CAPÍTULO I: A configuração da territorialidade Kaingang em Inhacorá

1.1 Dados pessoais de uma breve autobiografia

Chamo-me Pedro kẽgrá Cipriano, pertenço à etnia Kaingang, filho de Antônio kynhmỹ Cipriano ele pertence da metade kamẽ e Maria jagtũ Chagas ela da metade Kajru, sou casado com Isa Ribeiro ela pertence da metade Kajru, filha de Raimundo Ribeiro da marca Kajru e Maria Vera Ribeiro ela pertence da marca kamẽ. Tenho três filhos: Tássia, Elizangela e Carla. Moro na Terra Indígena Inhacorá, Município de São Valério do Sul, noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Nasci na Terra Indígena Inhacorá, na realidade eu nasci na cidade de São Marinho município vizinho de do município de São Valério do Sul, somos entre sete irmãos são: Mauro, Carmem, Eliberto, Ivani, Mario e Silvana. Atualmente, nesta área indígena, moram 1100 pessoas.

Como maioria das pessoas nesta região eu cresci em um contexto cultural onde a subsistência se baseava na lavoura e produção de artesanato. Por este motivo é que meu pai trabalhava com artesanato pra comercializar naquelas proximidades, principalmente nas cidades próximas da Terra Indígena Inhacorá, era uma saída para nossa sustentabilidade. De modo que muitas vezes a comercialização de artesanato também não tinha muita saída, nesse caso era necessária a criatividade por parte daqueles que produziam seu artesanato, assim exigia investimento e criatividade nas cores e simbologias. Mas isso não era problema, pois artesãos kaingang são muito criativos nesse sentido, até porque conseguem expressar a arte kaingang quando produzem artesanatos.

Geralmente, os kaingang naquela região tinham costume de sair da aldeia em busca de trabalho e quando retornavam traziam suprimentos necessários que condicionavam a permanência na aldeia, bem como para que houvesse dedicações específicas na construção de seus roçados, reforma da casa, enfim, do dia a dia na aldeia. Essa busca de trabalhos remunerados fora da aldeia acabava condicionando para uma relação de amizade entre os indígenas e não indígenas, mas nem sempre foi assim, pois, em certo momento havia muito

conflitos entre indígenas e não indígenas, isso relacionado na aceitação das diferenças culturais, eu mesmo passei por esses desafios de conviver com pessoas que não eram indígenas e sofrer preconceito por parte destes.

Na minha adolescência e juventude o Serviço de Proteção ao Índio (SPI) tinha como uma das ações o recrutamento dos indígenas para os trabalhos credenciados, de forma que era muito difícil, mas como a questão financeira era uma necessidade para os indígenas e não tinha outra saída até então, era um trabalho forçado. Como a geração do meu pai não tinham a formação escolar como temos hoje acabavam se submetendo a esta situação, até porque, eles não tinham outra saída a não ser passar serem submissos a trabalhos forçados que de certa forma garantia um recurso remunerado. Hoje se pergunta o que teria envolvido por traz de tudo isso, principalmente por parte daqueles que respondiam pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI), certamente deve ter envolvido troca de favores entre estes e os proprietários rurais e outros setores onde os indígenas passaram a trabalhar.

Meu pai foi uma das lideranças na área e por 15 anos esteve à frente da comunidade como cacique, uma função que passou a ter suas transformações com o passar do tempo, mas que geralmente, no caso do meu pai, tinha como responsabilidade articular as atividades e o andamento da organização social na comunidade. Lembro que a vida na aldeia fluía de acordo com a organização de cada família, onde cada pessoa era o complemento da comunidade indígena para que esta exista desta ou daquela forma. Eu, por exemplo, gostava muito de buscar água na bica, isso quase todos os dias. Geralmente, outras crianças de minha idade também gostavam de prestar esse serviço para as famílias, aliás, era uma responsabilidade que nós assumíamos sem nenhuma obrigação, no caso um aprendizado que se concretizava a partir daquilo observamos e vivíamos junto com nossos familiares.

Com o passar do tempo começou outro período e processo de formação que exigia maior responsabilidade ainda, pois, era o começo de minha formação escolar. Meu primeiro

contato na escola ocorreu em minha aldeia mesmo, além disso, meu pai sempre teve preocupação para que nós tivéssemos acesso à escola, aliás, o mesmo dava orientação para que valorizássemos os estudos na escola, pois, nos seus planos a escola era uma alternativa para que seus filhos tivessem no futuro uma vida de melhores condições. Desta forma, até 5ª Série estudei numa escola kaingang, isso em 1976. Em 1986 meu pai resolveu me encaminhar para a Vila São Valentim, Município Santo Augusto, Rio Grande do Sul, para estudar na escola regular. Essa experiência foi um verdadeiro desafio, isso porque passei a vivenciar em um processo de choque cultural, além de não dominar a Língua Portuguesa. Talvez não tenha sofrido tanto porque no contexto interno em que cresci na aldeia já tínhamos contato com a televisão e rádio. Assim, de uma forma ou de outra tínhamos "contato" com "outras" culturas.

Esse choque cultural foi muito difícil, porque, na escola eu era muito tímido, tinha vergonha de falar na frente para os colegas, não porque não tivesse condições de me expressar bem, mas porque sofria muita discriminação. Meus colegas na escola eram filhos de granjeiros, filhos de colonos, assim tinham muita rixa com os indígenas. Inclusive quando o professor organizava os trabalhos em grupos ninguém me queria no grupo e acabava fazendo o trabalho sozinho. Essa situação continuou por muito tempo quando era estudante na escola. Sofria muito com isso, não me sentia à vontade estando a esta situação, mas me esforcei o máximo que podia para estar bem em meio a tudo isso. Creio que esse esforço valeu muito para meu aprendizado, mas também penso que para meus colegas que não eram indígenas certamente deve ter ficado alguma experiência de terem estudados comigo ou convivido com um colega indígena.

Em 2000 iniciei o 1º ano do Ensino Médio, no Município de Redentora, Estado do Rio Grande do Sul. E tendo concluído a minha formação no Ensino Médio pude estar disponível para ajudar no que fosse preciso na minha aldeia. Assim, enquanto professor na aldeia, passei a trabalhar especificamente pensando na preservação da cultura e língua kaingang em nível

escolar. Isso, porque, em minha experiência inicial de estudante tive muita dificuldade na escrita em Língua Portuguesa, mas quando escrevia em Língua Kaingang eu era um craque. Isso é importante para a comunidade, e especialmente para as crianças que frequentam a escola em nossa aldeia.

São essas experiências e desafios até aqui vencidos é que me serviram de incentivo para cursar Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica. Quando penso em minha trajetória de vida entendo que venci muita coisa, mas agora, enquanto acadêmico da Licenciatura Indígena, me sinto desafiado para pensar melhor em nível de minha cultura, ou seja, como posso ajudar para a continuidade do desenvolvimento da Terra Indígena em que faço parte, especificamente da minha aldeia. Entendo que meu trabalho não vai solucionar os problemas que enfrentamos, mas vai dar uma abertura maior para diálogos com outras instituições, e principalmente na compreensão do sentido de pertença à Terra Indígena de Inhacorá. Além disso, temos que preparar nossos alunos para que eles possam ter a capacidade de entender que os valores culturais são tão importantes quanto às coisas novas que passam a vivenciar na escola.



Imagem 1. Fonte: Google Earth

Segundo os relatos do linguista Wilmar D' Angelis ele me contava aproximadamente no ano de1995 nessa época eu não era professor o povo Kaingang que vivem no Rio Grande do Sul eram como nômades, não tinham uma morada fixa, enquanto tinha alimento os índios continuavam naquele lugar. Por outro lado, entende-se que era uma prática normal para os kaingang, aliás, em certo momento os kaingang dentre de seu contexto de convívio cultural não tem a preocupação de pensar ou observar sobre aquilo que vivem ou agem. E penso que para os kaingang observados pelo Wilmar D'Angelis era normal eles se deslocarem de um lugar para outro acompanhando o ciclo da vida da natureza.

Esse ciclo de vida da natureza sempre fez parte da compreensão da vida cultural dos kaingang, seja isto na prática de caças, pesca e principalmente na produção de roçados. Pelo contrário do homem não indígena que simplesmente "eterniza" a exploração de solo em um

único lugar os kaingang por sua vez transitavam com suas atividades em vários lugares, justamente pensando na reconstituição da natureza que assim continuava viva com seus benefícios que sempre tinha a oferecer quando os kaingang precisavam para sua alimentação, plantio, caça e pesca.

Certamente esse sistema de atividade nômade é que fazia com que naquela época tivesse muito mato, além de muitos gados selvagens, uma vez que a natureza da região também oferecia espaço e lugares específicos para os gados que cresciam em certo momento sem mesmo a presença e cuidado dos humanos. E, com o passar do tempo é que o não indígena foi ocupando a região assim como foram domesticando os gados que passaram a ser de propriedade de diversos colonos, fazendeiros.

A partir desse procedimento passou-se para outra situação, isto é, o espaço de acessibilidade dos kaingang passou a se restringir com a presença constante dos colonos, bem como a escassez da alimentação, por este motivo quando os índios tinham vontade de comer carne eles caçavam esses gados. Por sua vez, os colonos tinham começado a domesticar esses animais em suas propriedades. Enquanto isso, aliás, em muitas ocasiões os índios já estavam começando caçar os animais dos colonos. Isso fez com que os brancos começassem a se revoltar contra os índios com perseguições, ao mesmo tempo começaram a se organizar para levar o caso para o conhecimento dos governantes daquela época com afirmações de que os índios estavam sacrificando os animais deles.

Esse conflito entre indígenas e colonos fez com que o governo estadual tomasse uma medida para colocar os índios do Rio Grande Sul para um só lugar chamado Nonoai ao norte do Estado (Rio Grande do Sul). Por outro lado, para os kaingang essa medida não foi positiva quando estes se transferiram para o referido lugar, Nonoai, pois passaram a não se entender com outros grupos e brigavam muito entre eles por séries de situações de discordâncias, foi

quando se destacaram como pessoas de referências do grupo na região três grandes líderes: o cacique Braga, o cacique Nonoai e o cacique Fongue.

Não se sabe exatamente sobre tudo o que os três realizaram em seu tempo, mas o que se sabe parcialmente é do cacique Fongue que, vendo a situação conflitante em Nonoai, reuniu certo grupo, precisamente aqueles que eram próximos a ele e que também estavam insatisfeitos pela situação, e desligou-se do grande grupo para seguirem a viagem via as margens do rio Uruguai, passando na Argentina pela cidade Missiones. Em meio a esse trajeto permaneceram por um bom tempo no lugar chamado Pónãr, um lugar onde o rio era raso e, portanto, era possível atravessar para outra margem a pé. Foi por este rio que cruzaram a pé, passaram de novo para o Rio Grande do Sul até se instalarem no lugar que passou a ser conhecido como Guarita. Em Guarita ficaram por algumas décadas, onde ficou permanentemente neste lugar um grupo de kaingang, enquanto que outro grupo sob o comando do cacique Fongue saiu de novo seguindo as margens do rio Inhacorá onde se instalou com seu grupo pela última vez, pois, pela idade avançada não pode continuar a frente do grupo até se organizarem na terra indígena Inhacorá aonde veio falecer e os demais integrantes desse grupo passaram a se constituir em uma comunidade com o tempo.

1.3 Área cultural, os rituais e o povo kaingang

A comunidade indígena de Inhacorá é formada pelo povo kaingang que se constituíram no lugar desde 1920 quando chegaram vindos do lugar chamado Nonoai, conforme descrito acima, e assim continuaram cultivando a cultura kaingang no seu modo de viver e de se organizar dentro daquela realidade.

O principal modelo cultural em observação e preservação que continua ativo é o sistema de casamento que se fundamenta na relação de suas metades étnica kaingang que são

o *kamẽ* e o *Kajru*. Em prática as pessoas com as mesmas marcas não se casam entre si, para que o casamento se efetive as marcas devem se cruzar. Nesses termos, as lideranças são muito exigentes, a ponto de estabelecerem punições pela lei interna da comunidade. No caso se trata de preservação de uma tradição cultural, com suas normas que estabelecem uma conduta moral no contexto interna.

Outra questão que é de conhecimento de toda comunidade é a proibição de casamento com pessoas que não são indígenas, aliás, isso é raro até o momento. Por outro lado, é permitido o casamento com outras etnias daquelas proximidades. Entre tantos desafios que os casais vivem depois do casamento, onde muitas ocasiões os casais acabam se separando para os kaingang, entre os kaingang o compromisso e responsabilidade no casamento são de grande valia, uma vez que até o momento não existem separações de casais, pois, entendem que é para sempre. Esse compromisso também é assumido coletivamente na comunidade com a lei interna. Além disso, todo casamento na Terra Indígena é realizado conforme as leis internas sob a coordenação do cacique local, os conselheiros e alguns funcionários da Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Esse é o novo ritual de casamento que se estabelece na aldeia, isso foi se constituindo com o passar do tempo, algumas coisas foram sendo adaptadas também, por exemplo, a presença dos representantes da FUNAI é uma coisa que vem acontecendo recentemente. Outrora, certamente o sistema tenha sido mais tradicional, isto é, sem a presença de pessoas que não fossem kaingang.

Dentre as mais importantes figuras do contexto e da tradição cultural kaingang é a presença do *KUJÁ* que realiza seu trabalho voluntariamente na comunidade em prestar serviços espirituais; inclusive existem seguidores. Seguidores não no sentido bíblico ou religioso, mas sim aqueles que solicitam para preste o serviço espiritual através de seus conhecimentos, enfim, por aqui que representa na comunidade. Mas também hoje passou a se estender para os contextos de crenças religiosas, no caso quem mais segue ou procuram o

Cuja são as pessoas de religião católica. No caso trata-se de aproximação entre uma religião católica e os saberes culturais kaingang, mas também essa dinâmica nem sempre funcionou desta forma, ou seja, a própria religião católica foi opositora do conhecimento da cultura indígena.

Geralmente, os serviços prestados por Kujá são relacionados aos benzimentos e preparo de remédios para os membros da comunidade, isso tanto para as crianças, assim como para adultos. Depois do trabalho do Cuja é realizado e oferecido uma grande festa para pagar as promessas feitas para os seus *JÁGRÉ* que são os seus espíritos que intermediam na cura, assim como na aquisição de remédios que o Kujá oferece para as pessoas e que não é cobrado nenhum valor em dinheiro naquele momento. Essa atividade é bem reconhecida pelos kaingang, tanto é que ninguém reclama quando são cobrados no dia 6 de Agosto, nesse dia todos que foram pedir a cura e os remédios efetivam pagamento com certo valor em dinheiro, duas galinhas e dois foguetes para acordar o JÁGRÉ dele. Esse dinheiro serve para comprar pão, muito utilizado pelos kaingang hoje para misturar na comida acompanhada de galinha assada no dia da festa. Nesse dia, geralmente todos são convidados para almoçar com o KUJÁ, mas que só os que pediram a cura e os remédios é que cooperaram para a realização da festa.

O povo kaingang de Inhacorá é uma comunidade que é só falante da língua, as crianças aprendem as primeiras palavras em Língua Kaingang, isso porque, a responsabilidade inicial é da mãe e do pai que, geralmente, só falam em kaingang, especialmente quando estão numa roda de chimarrão, quando recebem visitas, quando vão para o serviço do dia a dia, e assim a criança vai aprendendo no dia a dia, inclusive quando vai brincar com outras crianças. Por outro lado, a criança começa a aprender a segunda língua na escola, onde passa pelo processo de alfabetização quando é estabelecido, a partir da segunda série, o ensino da Língua Portuguesa, e partir da quinta série a língua kaingang passa

a compor como uma disciplina. Contudo, é esse processo de reorganização sociocultural que vai se constituindo na Terra Indígena do Inhacorá. Sabemos que não temos em concreto aquilo que um dia revelava nossa cultural tradicional, com danças, rituais, cerimonias. Por outro lado, a partir da vida que cada família constrói na comunidade conseguimos preservar a nossa cultura conforme novos tempos em que vivemos principalmente no exercício de sempre estarmos retornando aos valores culturais enquanto kaingang.

1.4 Os índios kaingang e a convivência com outras culturas

Geralmente essa socialização ocorre a partir de convites que surge de uma comunidade para outra. Assim, cada comunidade de acordo com sua programação e cronograma de atividades passa a estabelecer atividades para envolver outros membros que compõem uma comunidade diferente.

Atualmente, em Inhacorá existem vários meios de socializações, entre os quais as igrejas, a escola, jogos esportivos, reuniões políticos, vilas e comunidades resididas pelos brancos, que na região são conhecidos como colonos que tem a ver com agricultores, produtores, criadores de gado, enfim, empreendedores não indígenas.

No que se refere às igrejas dentro da comunidade existem uma igreja católica e as igrejas evangélicas. Geralmente, a autorização para instalação das igrejas na terra indígena é de responsabilidade do cacique, uma vez que ele é quem determina as regras internas, de forma que cada família participa de certa por livre e espontânea vontade, sem pressão porte das lideranças.

A escola passou a ser uma necessidade nas aldeias indígenas, isso em todo nível de uma terra indígena, de forma que passou a ser adotada para contribuir na formação interna, assim como para possibilitar novos sistemas de conhecimento a partir da realidade de cada

aldeia. Mas nem sempre a escola foi entendida como uma alternativa para as aldeias indígenas, ou seja, em certo momento ela própria negou a cultura indígena, com isso tinha como objetivo principal a formação escolar que condicionasse para integração à "cultural" nacional. Diante disso, a comunidade Inhacorá nos dias de hoje, passou a repensar os valores culturais kaingang a partir do próprio modelo escolar, mas pensando numa escola diferenciada para uma educação escolar indígena kaingang na Escola Marechal Candido Rondon, onde atualmente o diretor é um professor kaingang.

Outros meios de socialização são os jogos esportivos, que são organizados pelos órgãos municipais e que envolvem a participação da comunidade indígena, assim como a própria organização comunitária na aldeia. Desta forma, acontecem torneios de futebol tanto em nível interno da aldeia assim como fora da aldeia quando os times de jogadores kaingang enfrentam times dos colonos. Essa dinâmica, de certa forma, cria uma aproximação entre Kaingangs e os que não são indígenas.

Assim como outras aldeias, em Inhacorá a presença da política não é diferente, isto é, existe uma política interna do ponto de vista kaingang, bem como a política nacional, estadual e municipal é envolvente. No caso do sistema da política interna tem mais a ver com as normas tradicionais, quando, por exemplo, é determinado a observação constante no sistema de casamento kaingang com as mesmas metades *Kajru* x *Kajru* ou *kamê* x *kamê*, e sim que as marcas devem se cruzar. Essas normas tradicionais a princípio não se aprende a partir daquilo que as lideranças estabelecem, mas que esse aprendizado já se constitui nas famílias nucleares (pai, esposa e filhos), ou seja, os pais ensinam os filhos desde criança para que estes conheça o sistema de parentesco kaingang que por sua vez possibilita para que estes conheçam as normas tradicionais de seu povo.

Quanto a política externa, é mais no sentido de envolvimento nacional, isto é, todos seguem o que a lei federal estabelece, assim na idade oportuna se providencia todas as

documentações entre as quais o título de eleitor. Mas isso não é a única forma de participar da política na região, pois, dentro da própria aldeia de Inhacorá a participação dos kaingang na política é intensa, uma vez que sempre há candidatos em disputas eleitorais. Atualmente existem 3 vereadores kaingang na Câmara Municipal de São Valério do Sul. Essa condição se tornou viável devido o número suficiente de eleitores kaingang que em prática conseguem eleger três vereadores, com um número estimado de 600 eleitores. E, embora que tenha essa representação política não há uma assistência política de maior relevância, uma vez que não depende só da boa vontade dos vereadores kaingang, e sim que depende muito da base aliada de um determinado prefeito.

Enfim, existem vários meios de socializações em nível interno e externo da aldeia Inhacorá, inclusive, os próprios bailes como é conhecido na região que acontecem tanto na aldeia como fora da aldeia e que proporcionam para uma forma de socialização, seja isto de forma positiva quando os jovens encontram como meio de diversão, assim como um fator de obstáculo, quando, por exemplo, muitos jovens acabam se envolvendo com bebidas alcoólicas, violência, prostituição entre outros fatores.

CAPÍTULO II – A reconfiguração da Terra Indígena Inhacorá

2.1 A dinâmica da divisão da Terra Indígena Inhacorá na visão dos kaingang

Coroados Iterra in digena in hacorá ir hacorá rs Santo Antônio Image © 2015 Digital Globe © 2015 Google © 2015 Google Image © 2015 CNES// Astrum Google earth

Terra Indígena Inhacorá

Figura (2). Fonte. Google Earth

No ano de 1920 a Terra Indígena Inhacorá era uma só em extensão territorial, era pouco habitado a não a ser a presença maior dos kaingang, e nesta época quem estava à frente de tudo isso era o cacique Tibúrcio Alves de Oliveira Fongue juntamente com sua equipe de liderança.

No ano de 1960 teve um conflito interno, e então a partir disso a terra indígena foi dividida em duas partes, mas ainda habitada somente por kaingang. Diante desse fato e decisão, ambas as partes tiveram que escolher um nome para cada parte separadas: uma parte passou a se chamar de "gu", localizado ao sul, fazendo limite com a vila são Valério do Sul que naquela época era distrito do Município de Santo Augusto, tendo como representante o cacique Santo Cipriano, conhecido também como doutor Santo, isso porque, ele, embora sendo cacique, costumava dar remédios paras os índios e para a as não indígenas. A outra parte da terra indígena passou a se chamar "kynh" que se localizava mais para o norte,

fazendo limites com o município de Santo Augusto, e sob o comando do cacique João Francisco de Oliveira Fongue, conhecido popularmente como Titi.

Vale lembrar que, mesmo que tenha havido uma divisão a terra indígena continuava sendo única, como continua sendo hoje ainda. O que houve na verdade foi uma divisão interna entre os próprios kaingang e que verbalmente fizeram a devida divisão e de acordo com as necessidades de cada um. Assim, os kaingang passaram a viver em dois grupos numa mesma terra indígena até então.

Nessa época os governantes daquele ano, aproximadamente entre 1961 e 1963, fizeram a reforma agrária na parte em que morava o grupo de kaingang liderados pelo cacique doutor Santo e que passou a ser conhecido também como coroado. Com esta ação, houve uma nova reviravolta, mas agora envolvendo o governo estadual que, por questões políticas, colocou todos os kaingang na comunidade do cacique Tití, atual comunidade Inhacorá.

Nessa época, a Terra Indígena Inhacorá era de aproximadamente 5 mil hectares. Depois da reforma agrária de 1960, concentrou-se entre o rio Bonito e o rio Inhacorá em um pedaço de mais o menos 1 mil hectares. Isso, porque, outra parte ficou para um centro de pesquisa do Estado, e que foi devolvido para os kaingang no ano de 1983, depois de muita luta.

Essa decisão de retomada da parte cedida para Estado para implantação de um centro de pesquisa, foi necessária na medida em que a população kaingang estava em número elevado de pessoas, assim como a comunidade em si que crescia muito ligeiro. Com aumento em número de pessoas obviamente que o lugar, hoje aldeia Inhacorá, começou a se estreitar. Era o tempo em que estava à frente o cacique Antônio Cipriano.

Tendo passado uma década a comunidade resolveu tomar iniciativas quando seus moradores invadira o famoso centro de pesquisa, agora sob o comando do cacique Natálio Miguel. Conta a história kaingang na região que todos os índios se acamparam em frente ao

centro até que houvesse um resultado favorável a comunidade. Os kaingang passaram vários dias, até que o Estado reconheceu que a terra era dos índios e acabaram devolvendo. Mas ainda assim nas proximidades do centro de pesquisa um morador colono continuo resistente, mas pouco tempo depois, os índios resolveram invadir as "propriedades" desse agricultor, isso contava o ano de 1996, um fato inédito na região.

Mas também, mesmo que a iniciativa tenha sido boa por parte dos kaingang, custou caro, pois, acabaram perdendo um líder da comunidade que foi Ângelo Manhká Miguel, assim como muitos indígenas ficaram feridos e foram parar no hospital. Hoje foi construído um centro de formação que leva nome de Ângelo Manhká Miguel.

Portanto, essa é a visão parcial da divisão da Terra Indígena Inhacorá em primeiros momentos.

2.2 As famílias kaingang e os limites da Terra Indígena

Ressalta-se que a divisão dos kaingang em dois grupos numa mesma terra indígena se deu inicialmente pelos conflitos internos. Mas também certamente tenha havido a participação de muitas pessoas que não eram indígenas junto às lideranças kaingang, no caso uma presença oculta dos colonos.

Foi a partir dessas situações, ou seja, o conflito interno, a relocação dos kaingang em um único lugar, a presença oculta dos colonos, que aconteceu a divisão da Terra Indígena Inhacorá onde passou a ser vivenciado, de um lado, por kaingang, e por outro, colonos. Isso não é novidade para os kaingang de Inhacorá, de uma forma ou de outra os mais antigos trazem essas informações para os jovens. De uma forma ou de outra, essa memória vai se expandindo na concepção das pessoas, especificamente no que se trata da Terra Indígena Inhacorá.

Outra situação desafiante nesse procedimento foi à relação entre os kaingang e os colonos, pois, houve um desgaste porque envolveu disputa de terras, ou seja, se antes já não era tão bom, depois a situação passou a ser mais crítico ainda. Assim, os indígenas passaram a ser renegado por parte dos colonos, com preconceitos, desprezo. Diante desse clima, obviamente que todo cuidado era pouco para os kaingang que evitavam sair para longe da comunidade, e, precisaram de um tempo para que isso viesse a se equalizar, pelo menos em termos teórico.

Tendo passado esse período conflituoso aos poucos começou a acontecer a reaproximação entre os kaingang e colonos novamente, isso depois de muitos anos. Isso continua até hoje onde o entrosamento da comunidade indígena com a comunidade não indígena acontece através de jogos de futebol, bailes, reuniões políticas, cada um se respeitando. É possível dizer que isso é muito bom na relação entre a comunidade indígena e comunidade não indígena.

Embora que tenha essas aproximações de caráter positivo, tanto para os kaingang como para os colonos, e mesmo que os indígenas também mantenham a tranquilidade dentro de seus valores culturais, obviamente que o assunto é tenso. Em outras palavras, enquanto que os kaingang carreguem em memória a ideia de que os colonos vivem dentro de suas terras os colonos, por sua vez, se auto afirmam como moradores daquelas terras pela história de seus antepassados, mesmo sabendo que a qualquer momento os primeiros podem fazer suas reivindicações. Enfim, mesmo que a tranquilidade, respeito, harmonia esteja fluindo em duas partes continua existindo uma visão de desconfiança.

Até o momento em Inhacorá não ocorrem casamentos entre kaingang e "brancos", isso tanto mulheres como homens. A princípio as famílias, as lideranças procuram sempre transmitir informações sobre os valores de casamento kaingang, ao mesmo tempo, não é possível afirmar que nunca haverá casamentos entre kaingang e "branco", isto, porque,

dependendo do tempo pode acontecer isso. É claro que as pessoas mais velhas da aldeia tem uma visão sobre os casamentos kaingang, assim como os mais jovens tem também seu ponto de vista e possibilidades diferentes.

A questão é que cada tempo e espaço descreve uma cultural da sua forma, assim não é possível dizer que o que se vive hoje poderá ser vivido da mesma forma daqui a uns vinte ou trinta anos, pois, a cultura está sempre em formação e transformação sem mesmo perder o vínculo da tradição: o ser kaingang. A questão é que, de certo modo, há comodismo por parte mesmo das lideranças kaingang, ou seja, não é visto uma articulação conjunta para esse tipo de reivindicação, não se sabe se é porque está bem do jeito que está ou se é porque há alguma influência política e econômica por traz de tudo isso. Mas que é certo de que para os kaingang em geral as terras são necessárias na medida em que novas gerações vão surgindo.

2.3 A Terra Indígena Inhacorá na visão dos colonos

Na visão dos colonos, o índio não precisa de terra, e que índio tem demais terra. Em geral, existe uma estratégia dos colonos, na medida em que alimentam posições ocultas que discordam sobre a possível reocupação da terra em que vivem por parte dos kaingang.

Essas estratégias parecem ser simples, mas que no fundo é apreensivo, pois, na medida em que se traz a questão em tela logo procuram equilibrar o diálogo afirmando que eles também consideram "índios". Isso justamente porque temem que os kaingang se movimentem junto às instituições judiciárias. Em outras palavras, estando na frente dos kaingang os colonos falam que são amigos, que não existem mais as diferenças, e que todos são da mesma região, que ninguém quer prejudicar ninguém. Na verdade existe sim um disfarce por parte dos colonos a partir de uma afirmação disfarçada de igualdade social, pois existem muitos interesses por traz de tudo isso, porque, maioria dos colonos são produtores, tem criações de

animais, se consideram como propriedades daquelas terras, porque, seus ancestrais passaram a morar naquele lugar.

Em certo momento são favoráveis também na reivindicação da terra indígena por parte dos kaingang, mas por traz dos índios se movimentam para impedir a mesma proposta que são favoráveis na frente dos índios. Na verdade isso envolve um movimento político, parece ser simples, mas que por traz dos colonos e também dos próprios indígenas existem infiltrações políticas que acabam delineando para caminhos diferentes, entre as quais a permanência dos colonos dentro da Terra indígena de Inhacorá.

A justificativa que os colonos apresentam é aquelas terras em que habitam, produzem, criam foram compradas pelos seus ancestrais que ali passaram a habitar. Outros afirmam ainda que possuem escritura da compra das terras junto aos cartórios, com notas, enfim, que também tem suas razões para estarem morando neste lugar. Enquanto isso para os kaingang as terras em que vivem os colonos foram cedidas por um trato entre as lideranças kaingang de certo tempo na região, sem comprovações de contratos, foi através de um contrato verbal, ou seja, a versão em relação a terra ocupada pelos não indígenas é de que esse espaço foi cedido por duas lideranças kaingang que entraram em acordo dividindo uma parte para os índios e uma parte para os kaingang.

Quanto a essa divisão há diversas informações que, de certo modo, não se sabe se isso realmente aconteceu. Na versão kaingang entende-se que, em certo momento, chegaram alguns brancos na terra indígena e ofereceram bebidas, festas para as lideranças locais e sob esse efeito é que as negociações tenham se concretizado para que houvesse a divisão da terra indígena hoje ocupado uma parte pelos colonos e outra parte ocupada pelos indígenas.

Como afirmamos anteriormente não tem como comprovar até o momento como isso realmente tenha acontecido, pois, até onde conhecemos, não há documentos que comprovem tudo isso, simplesmente tudo foi articulado verbalmente e acertado pelas lideranças kaingang

junto aos representantes do governo e que posteriormente este cedeu uma parte para os colonos.

Vale ressaltar que aqui não tenho intensão em condenar ambas as partes, mas simplesmente procuro apresentar a versão daquilo que se ouve dentro da terra indígena. Mas certamente se confia para que as coisas sejam resolvidas dentro de sua legalidade, isto é, decisões que não prejudiquem ambas as partes, nem para os colonos e principalmente paras os kaingang.

2.4 Configuração e reconfiguração da Terra Indígena Inhacorá

Conforme Kujawa e Tedesco (2013), no que envolve a região norte do Rio Grande do Sul, nas últimas duas décadas, vem se intensificando os conflitos territoriais frutos das demandas por demarcações de terras indígenas. Esses conflitos, de certo modo, possuem semelhanças vivenciadas em outras regiões do Brasil. Além disso, são articulações motivadas pela conquista indígena na Constituição de 1988 (artigos 231 e 232), que em prática, garante direito às terras que tradicionalmente ocupam e atribuem ao Estado à tarefa de demarcar e garantir o usufruto exclusivo sobre ela. De modo que se vê acontecer uma consciência coletiva indígena na luta para a garantia jurídica sobre os seus territórios.

Ainda no norte do Rio Grande do Sul, durante o século XX, teve o processo de (des)territorialização e reterritorialização forçada, tanto de indígenas, quanto de agricultores, uma política contraditória de definição estabelecida pelo Estado em momentos diferentes. No caso das famílias de agricultores, chegaram à região motivada por uma política de colonização ocorrida nas primeiras décadas do século XX, portanto são proprietários e vivem nelas centenariamente. Na prática, o conflito coloca de um lado, indígena demandando a recuperação de terras consideradas por eles de ocupação tradicional (imemorial) e, de outro,

agricultores familiares que por diversas gerações vivem e construíram seu *modus vivendi* neste território. (Cujawa & Tedesco, 2013:01-02).

Vale ressaltar que a ocupação territorial do Sul do Brasil, ocorreu de forma tardia, e foi somente no século XVIII quando começou a ser desenvolvida a atividade pecuária no Estao do Rio Grande do Sul, ao mesmo tempo se intensficaram as políticas de motivação e atração de imigrantes açorianos, alemães e italianos. De outro modo, não significa que a região tenha sido populacionada somente com a migração de agricultores ou outros forasteiros, uma vez que a região em tela tinha uma intensa ocupação indígena, principalmente kaingang, que vivia nestas matas e estendia o seu habitat para o oeste de Santa Catarina, Paraná atingindo o atual estado de São Paulo. Neste sentido, a expansão da colonização na região norte do Rio Grande do Sul representou um novo processo de reconfiguração do território definindo os espaços a serem ocupados por indígenas e por colonos. Em prática, isso consolidou um processo de reconfiguração territorial que induziu reterritorializações forçadas de agricultores e indígenas, isso nas primeiras décadas século XX, com políticas de aldeamento e projeto de colonização; a segunda, entre as décadas de 1940-60.

Em outro momendo, se reduziu as áreas indígenas demarcadas destinando-as para a criação de reservas florestais e para loteamento vendido para agricultores. Além disso, ocorre a reconfiguração do direito indígena sobre as terras tradicionalmente ocupadas, quando, nessa última ocorre a retomada das terras indígenas historicamente demarcadas no início do século XX, isso após a Constituição de 1988. (Kujawa & Tedesco, 2013).

A presença dos indios kaingang na região norte do Rio Grando do Sul é de longa data, e que foram "encontrados" com o processo de intensificação do contato com o branco nos século XVIII e XIX. Historicamente, os kaingang ocupavam um território que se estendia de São Paulo ao norte do Estado Gaúcho passando pelo Oeste do Paraná, Santa Catarina,

território este conquistado a partir de disputa com outros grupos indígenas, principalmente com os Botocudos¹.

Assim como outros povos indígenas no Brasil, os kaingang no norte do Rio Grande do Sul continuam vivendo diante de muitos desafios, entre a certeza e incertezas de continuidade na vivencia cultural. Não é de duvidar que esses conflitos de disputa de terras se assolou a muito tempo na região, portanto, não é uma novidade. Se os kaingang defendem que são os proprietários das terras naquela região pela tradição história de seu povo, os colonos defendem também que as localidades em que vivem traz uma história de permanência de seus ancestrais que ali viveram e encontraram oportunidades para trabalhos e vida nova.

Se os conflitos perduram até hoje se entende, de certo modo, que o regimento da Lei é que deve assegurar os diretos para ambos, ou seja, se o que os Artigos 231 e 232 defendem os direitos indígenas é necessário que as instituições governamentais planejem para que ninguém seja prejudicados. Se os indígenas kaingang entendem que as terras indígenas em Inhacorá pertencem a eles, cabe à justiça garantir esse direito, e se houver caso colonos os direitos que reivindicam certamente não tem o que discutir, mas que sejam indenizados dentro daquilo que lhe é direito.

Em certo momento, fico pensando que muitas vezes não é o índio ou colono que criam os conflitos, mas sim a própria Lei que não toma decisões importantes, aliás, existe muita politicagem que acaba emperrando decisões importantes, assim, acaba passando anos e anos sem nenhuma solução. Pois, entendo que quanto mais as coisas demoram a serem solucionados e se torna difícil para ambos. É muito importante ressaltar aqui que não se pretende com esse trabalho criar uma motivação para que os kaingang entrem em conflitos

Na

-

¹ Becker (1995, p.128) relata que Mabilde, juntamente com o Cacique Braga, teriam visitado um cemitério indígena nas proximidades do Mato Castelhano onde estavam enterrados diversos índios kaingang, inclusive o pai de Braga, mortos num ataque dos botocudos entre 1803-1806.

contra os colonos e vice versa, pelo contrário, é importante trazer essas discussões acerca dos valores culturais e histórica do povo kaingang, especificamente do ponto de vista da Terra Indígena Inhacorá, um lugar que teve muitos conflitos. É certo que para os kaingang é importante continuar buscando os direitos pela sua territorialidade, uma vez que aos seus olhos a terra é vista como detentora de uma "cultura imaterial", portanto, que cede a vida também para os kaingang.

Considerações Finais

Creio que tenha conseguido apresentar uma visão parcial sobre a Terra Indígena Inhacorá, assim não tive a intensão de fazer uma reflexão de maior relevância pelos desafios que encontrei para escrever e refletir, mas o que ouvi, entendi e penso, certamente é que vale para minha formação acadêmica.

De fato, existem pesquisas muito bem elaboras que falam dessa região, respectivamente são mais pontuais, seja isto do ponto de vista da configuração, assim como do ponto de vista da reconfiguração da Terra Indígena em Inhacorá por exemplo. Além disso, não é possível dizer que o que os pesquisadores escrevem sobre a região estejam errados ou que apresentam falhas, isso porque, cada pesquisador trouxe informações que conseguiu obter. Na verdade se pensarmos bem, as produções dos pesquisadores que não são indígenas também trazem informações importantes que, de certo modo, imortalizam a história indígena.

Assim, por exemplo, existem trabalhos que trouxeram para o conhecimento acadêmico com visualizações acerca do domínio e expropriação do Estado contra os povos Guarani e Kaingang (SIMONIAN, 1980). Autores como Veiga (2004) procura trazer em discussão sobre a cosmologia Kaingang e suas práticas rituais, bem como falando das religiões cristãs entre os Kaingang que trouxeram mudanças e permanências dos valores culturais. Isto significa que temos muita coisa em jogo, tanto sendo pensado pelos pesquisadores não indígenas, assim começa a ser pensado e escrito pelos próprios indígenas.

Quando um pesquisador que não é indígena escreve ele apresenta seu ponto de vista, aquilo que ele observa não aquilo que vive. Ao mesmo tempo leva vantagem porque para pra pensar o que observa e apresenta seu ponto de vista. O indígena pesquisador por sua vez hoje passa a ter vantagem porque escreve o que vive o que pensa e o que entende. Uma das vantagens é o domínio da língua materna. Antes os indígenas não tinham a preocupação de

escrever o que vivem ou o que pensam, pois, simplesmente viviam a sua cultura no dia a dia e de acordo com o sistema da oralidade como fonte de seus saberes educacionais e intelectuais.

Hoje já é possível escrever as histórias por kaingang nos papeis da forma como os mesmos entendem. Aliás, a preocupação hoje se volta para os valores culturais de cada povo, como propostas de atividades voltadas para o sistema educativo, seja isto em nível das aldeias, bem como em nível das escolas para a proposição de uma educação diferenciada. Entende-se por educação diferenciada a forma como os kaingang entendem por educação, aprendido na observação, entendimento e prática.

Enfim, continuar repensando sobre os valores culturais kaingang passa também por questões de territorialidade. Na verdade a própria noção de territorialidade antecede a noção de Terras Indígenas, esta, por sua vez, estabelecida pelo Estado. A princípio, o que os kaingang entendem sobre suas terras se refere a sua territorialidade que é descrita pela tradição, traz em memória história de sua cultura, com seus limites, espaço, tempo. De fato, o próprio Estado não entende, isto é, acaba trazendo em discussão sobre as terras indígenas a partir dos princípios da Constituição de 1988, quando na verdade deveria pensar antes mesmo da própria constituição. Isto, porque, a compreensão de territorialidade indígena vem muito antes da própria constituição. Em outras palavras, cada povo indígena conhecem seus espaços, seus lugares, seu tempo de permanência, transição e conquista, pois, os próprios indígenas também conquistaram espaços de outros povos indígenas, isso em séries de conflitos. Enfim, creio que para o momento é essa apresentação que pude fazer, esperando que outras discussões possam continuar sendo apresentadas, especificamente do ponto de vista kaingang, seja, isso para serem discutidos em nível da aldeia, bem como para continuar proporcionando as reivindicações de territorialidades indígenas dentro de seu direito e valores culturais.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição**: República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.

BECKER, Ítala. *O índio Kaingang no Rio Grande do Sul.* São Leopoldo: UNISINOS, 1995.

SIMONIAN, Lígia T. L. (1980). Visualização: Estado expropria e domina povo Guarani e Kaingang. **Cadernos do Museu.** Ijuí: Museu Antropológico "Diretor Pestana" - Fidene, n. 9, p. 1-44.

TEDESCO, João Carlos; KUJAWA, Henrique (Org.). *Conflitos agrários no norte do Rio Grande do Sul*: negros, índios e colonos. Porto Alegre/Passo Fundo: Letra & Vida/Ed. IMED, 2013.

VEIGA, Juracilda. (2004). Cosmologia Kaingang e suas práticas rituais. Kimiye Tommasino et al. (Orgs.), **Novas contribuições aos estudos interdisciplinares dos Kaingang**. Londrina: Eduel, p. 267-284.

VEIGA, Juracilda. (2004). As religiões cristãs entre os Kaingang: mudança e permanência. In Robin M. Wright (Org.), **Transformando os deuses. Igrejas evangélicas, pentecostais e neopentecostais entre os povos indígenas no Brasil – Vol. II.** Campinas: Editora UNICAMP, p. 169-198.